



GETTY IMAGES



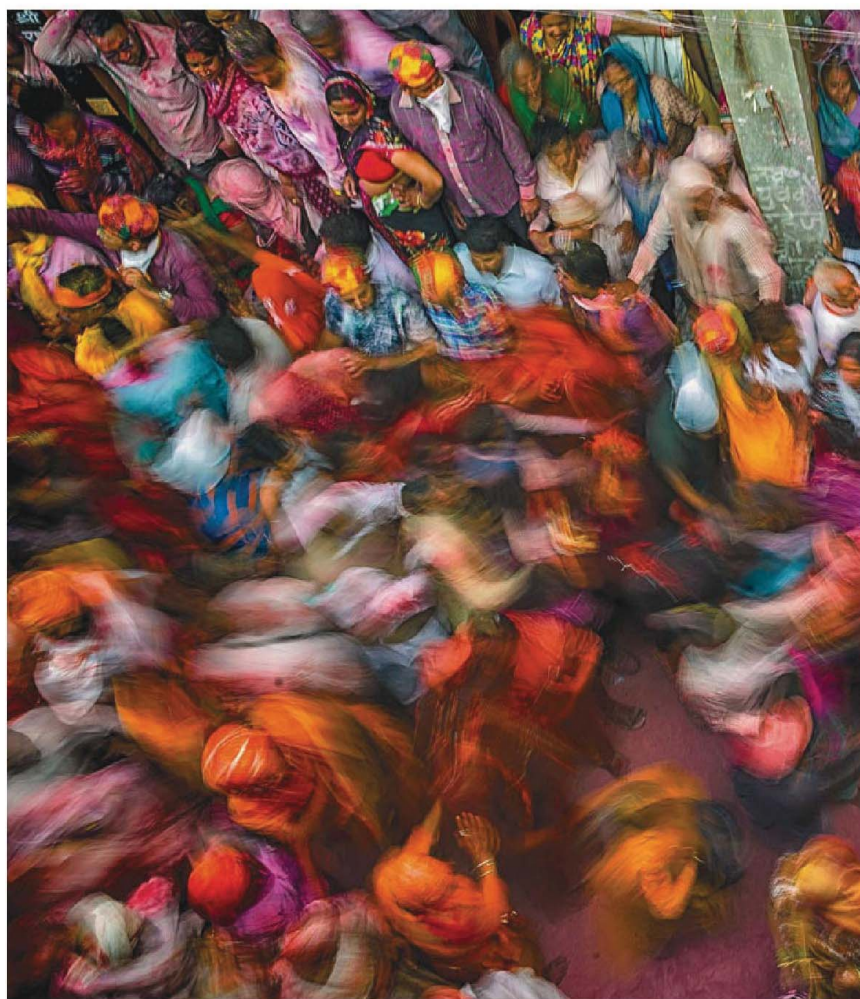
+E

A soma mais longa do mundo

A Índia vai começar o censo mais importante da sua independência. Os resultados vão remodelar o país mais populoso do planeta e prometem transformar a forma como o poder é distribuído por casta, geografia e gênero



TEXTO
MARA TRIBUNA



a nação mais populosa do planeta e, em abril, vai arrancar com um dos maiores exercícios administrativos de sempre: contar, do zero, 1,45 mil milhões de pessoas, a forma como vivem e se relacionam. Depois de ter sido adiado durante cinco anos, o novo censo da Índia vai finalmente começar a ser feito. Entre montanhas geladas e selvas densas, desertos áridos e aldeias remotas, 3,5 milhões de recenseadores vão andar por todo o país a fazer inquéritos para descobrir o que mudou na sociedade indiana em quase duas décadas. Como o último censo foi divulgado em 2011 e o novo só vai ficar concluído em 2027, terão decorrido 16 anos sem que fossem publicados dados estatísticos atualizados.

Da demografia à economia, espera-se que os resultados revelem mudanças significativas, que terão um impacto direto na governação e na implementação de políticas públicas, tanto a nível nacional como estadual (a Índia tem 28 estados e cada um tem o seu próprio governo eleito e ministro-chefe). Tal como acontece na maioria dos países, incluindo em Portugal, a Índia costuma realizar censos a cada dez anos, só que a pandemia alterou estes planos em 2021. Desde então, a tarefa hercúlea foi sendo adiada sem aparente razão, até o Governo de Narendra Modi anunciar, em junho, que o tão esperado censo iria começar no ano seguinte e seria feito em duas fases.

A primeira é a “listagem de casas”. Ocorre de abril a setembro, exceto nas áreas cobertas de neve, adianta Eugénio Viassa Monteiro, académico português nascido em Goa no tempo da administração portuguesa e presidente da Associação de Amizade Portugal-Índia. Nesta etapa, os recenseadores vão recolher informações como a principal fonte de água potável ou o combustível utilizado para cozinhar. A segunda fase, de fevereiro a março de 2027 (“com início antecipado em regiões de alta

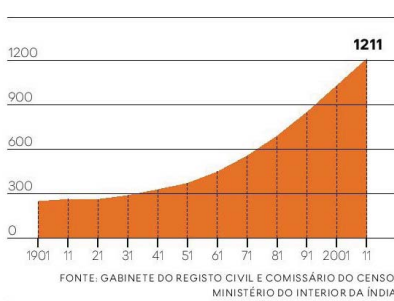
altitude”, ressalva Viassa Monteiro), é o “recenseamento da população”. É aqui que serão recolhidos dados sobre a sociedade, como religião ou qualificação académica. Será o censo mais “digital” feito até agora, com recurso a “aplicações móveis, marcação GPS e *geofencing* [criação de limites virtuais em torno de uma área geográfica]”, enumera o professor da AESE-Business School, em Lisboa.

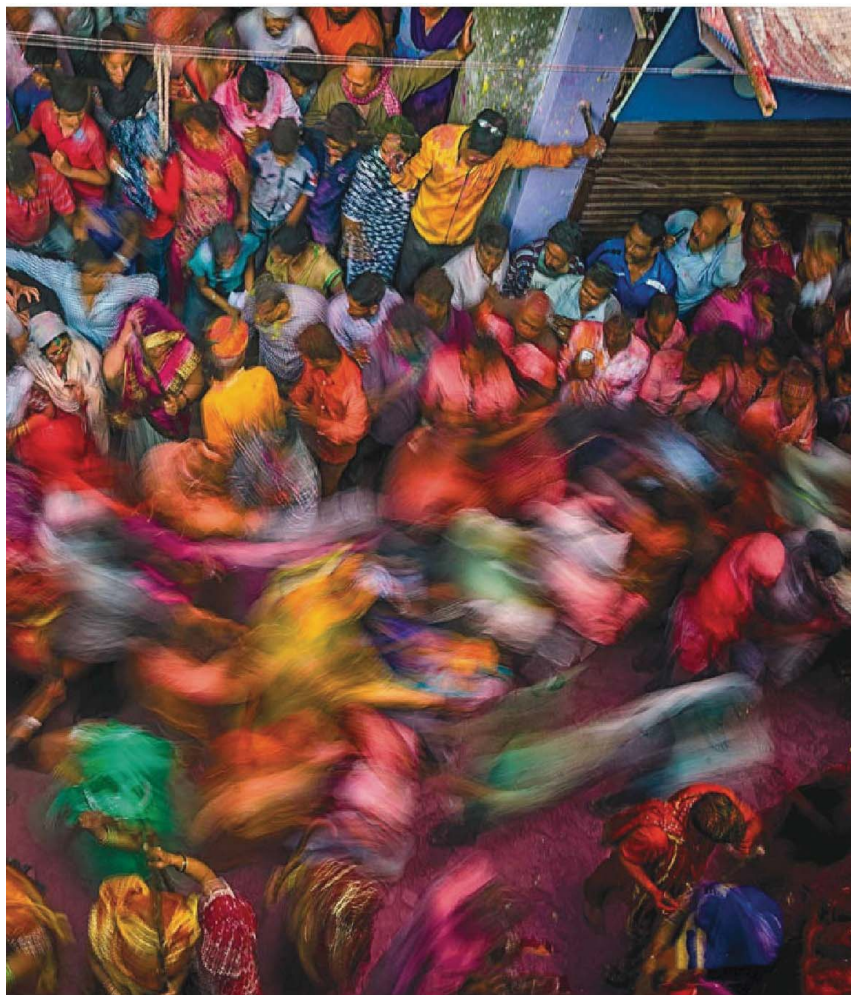
Muito muda em 16 anos. Sobretudo no sétimo maior país do mundo que é o mais povoado de todos. “Para uma nação tão vibrante como a Índia, e em rápida mudança em muitos aspetos, 16 anos é um período incrivelmente longo. As realidades económicas e demográficas mudaram significativamente durante este tempo. Em muitos estados, a fertilidade diminuiu drasticamente, a esperança de vida aumentou e o envelhecimento acelerou, ao mesmo tempo que a migração interna, a urbanização e as disparidades regionais se agravaram”, começa por dizer Poonam Muttreja, diretora executiva da Population Foundation of India, organização focada em demografia, igualdade de género e saúde sexual e reprodutiva.

Além disso, o planeamento público ainda se baseia no local onde as pessoas viviam em 2011, apesar de muitas se terem mudado para outros estados e cidades em busca de emprego, educação e oportunidades, continua, em declarações ao Expresso.

POPULAÇÃO DA ÍNDIA — CENSOS DECAIS

Valores em milhões





RITUAL Multidão fotografada no Lathmar Holi, na cidade indiana de Barsana. Anualmente, o festival atrai milhares de pessoas a Barsana e Nandgaon

“Os ataques a minorias religiosas aumentaram e o Governo está a pressionar para que a democracia secular indiana se torne uma nação de maioria hindu”, diz Amit Kumar Singh

“Quase todos os sectores são afetados por essa disparidade: os programas de assistência social, escolas e hospitais são projetados para populações incorretas e desatualizadas, e as políticas de habitação e de infraestruturas não levam em consideração a procura atual”, explica. É como se o país continuasse a viver e a ser governado como se fosse 2011. Ao atualizar quem vive onde, em que condições e com que necessidades, o novo censo vai “fornecer informações essenciais para uma governança eficaz, crescimento inclusivo e estabilidade social”, resume Muttreja.

O novo censo também será um teste político ao primeiro-ministro Narendra Modi, que afirma ter

melhorado a vida dos indianos desde que está no cargo, ou seja, desde 2014. Foi reeleito, primeiro, em 2019 e, por último, em 2024. O tempo mudou a sua ideologia política. Apesar de sempre ter pertencido ao Partido do Povo Indiano (Bharatiya Janata Party, BJP na sigla), considerado conservador, populista e defensor do movimento Hindutva (forma de ultranacionalismo hindu), Modi começou o seu percurso de forma mais moderada. Porém, nos últimos anos, virou mais à direita e tornou o Hindutva uma prioridade — apesar de a Índia ser um país laico —, marginalizando minorias, especialmente os muçulmanos. Modi tem assim potenciado inimizades entre os dois povos, e a maior tensão

localiza-se em Caxemira, o único Estado de maioria muçulmana.

“Há 16 anos, a Índia era inquestionavelmente uma democracia secular com forte proteção das minorias. Agora, em vários índices, é classificada como uma democracia iliberal e imperfeita, uma autocracia eleitoral, parcialmente livre. Isso deve-se ao enfraquecimento das instituições e à supressão de direitos, particularmente os direitos das minorias e a liberdade de expressão”, enquadra Amit Kumar Singh, autor do livro “An Approach to Hindutva India”, de 2024, ao Expresso. “A sociedade está mais polarizada do que nunca em termos religiosos, os ataques a minorias religiosas aumentaram exponencialmente e o Governo do BJP está a pressionar ativamente para que a democracia secular indiana se torne uma nação de maioria hindu.”

A economia também mudou. Presumivelmente para pior. “A concentração de riqueza e de rendimento aumentou”, enquanto “o desemprego real e o subemprego provavelmente estão mais altos do que nunca”, continua o cientista social indiano no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. “A desigualdade de rendimento e riqueza na Índia é agora mais extrema do que durante a era colonial britânica, um fenómeno apelidado de Billionaire Raj”, em que os 1% mais ricos detêm mais de 40% da riqueza do país. No extremo oposto, “cerca de 50% da população vive num padrão comparável ao das regiões mais pobres de África. A expansão da classe média existe, mas é frágil e desigual”. Assim, resume Amit Singh, “os dados do censo mostrariam desigualdades gritantes baseadas em comunidades”.

CASTAS CONTADAS PELA PRIMEIRA VEZ DESDE O DOMÍNIO BRITÂNICO

Uma das principais novidades deste censo — se não a maior mesmo — é a contabilização das castas. Há 3000 anos que a sociedade indiana está dividida hierarquicamente pelo sistema de castas, com base na mitologia hindu e, concretamente, no Código de Manu (Manusmriti), parte de um conjunto de livros bramânicos que são a raiz do hinduísmo. Assim, a população está essencialmente estratificada em quatro/cinco categorias, das mais privilegiadas às mais miseráveis, apesar de existir um número infinito de castas e sobretudo de subcastas.

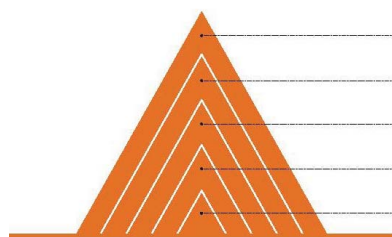
A discriminação com base na casta é ilegal e, apesar de já terem passado milénios, o sistema continua a ditar muitos aspetos da vida religiosa e social. Por ser tão delicado e controverso, a última vez que as castas foram recenseadas foi em 1931, quando a Índia ainda era uma colónia britânica. Foi, por isso,

inesperado quando o Governo de Narendra Modi anunciou, em abril do ano passado, que o censo de 2026-2027 iria contabilizar, pela primeira vez em quase 100 anos, as castas. “Vai garantir que o nosso tecido social não fica sujeito a pressões políticas, que a sociedade se torna mais forte econômica e socialmente, e que o progresso do país continua sem obstáculos”, informou o Executivo na altura, em comunicado de imprensa.

No topo da rígida pirâmide social estão os chamados brâmanes, criados a partir da cabeça de Brama, o deus hindu que criou o Universo, segundo as escrituras do Manusmriti. Eram os mais sábios e ocupavam profissões como sacerdotes, professores, filósofos. Em segundo lugar, os xátrias, os guerreiros, que nasceram dos braços de Brama, eram soldados, policiais, governadores. Seguem-se os vaixás, mercadores, comerciantes, negociantes, que surgiram das pernas do deus. Na quarta e última categoria, os sudras, nascidos dos pés, eram camponeses, artesãos, operários. Depois, na base da base, já fora do sistema de castas, existem os dalits, criados do pó que Brama pisou, considerados os mais miseráveis de todos. Eram obrigados a recolher lixo e a limpar casas de banho. Por não se poderem misturar com os outros grupos, e em alguns casos nem sequer entrar em determinados templos, eram também chamados, pelas piores razões, de “intocáveis”. Esta era a realidade durante o domínio britânico, até 1947: o sistema definia as profissões das pessoas, onde podiam viver, com quem podiam casar, apenas com base na família em que nasciam. Para contrariar essa estratificação, foram criadas quotas em empregos do Estado para as castas e tribos mais marginalizadas. O conceito de “intocabilidade” foi abolido e a discriminação com base na casta foi proibida em 1950.

É certo que a sociedade indiana já não obedece de forma rígida a este sistema — já houve dalits a serem Presidentes e políticos influentes, por exemplo, mas as castas ainda influenciam grande parte da vida quotidiana, desde os círculos sociais, a namoros, escolaridade e oportunidades de emprego. Essa segregação reflete-se bem no matrimónio: apenas 5,8% dos casamentos na Índia são entre pessoas de castas diferentes, de acordo com o censo de 2011.

A verdade é que se sabe pouquíssimo sobre a estratificação da sociedade e sobre as desigualdades por ela criadas, desde o analfabetismo aos cuidados maternos. Logo, tampouco se sabe se as políticas públicas e as quotas implementadas são justas e suficientes. “O objetivo dos dados sobre castas é destacar a desigualdade estrutural para que ela possa ser combatida, não aprofundar as divisões. Na Índia, a casta ainda afeta o acesso à representação política, ao trabalho, à saúde, à educação e à terra, mas, durante décadas, os decisores políticos tiveram pouca informação sobre como os vários grupos realmente vivem”, enquadra Poonam Muttreja, com mais



SISTEMA DE CASTAS, SEGUNDO A MITOLOGIA HINDU

Brâmanes — Os mais sábios, criados a partir da cabeça de Brama, o deus hindu que criou o universo (sacerdotes, professores, filósofos)

Xátrias — Os guerreiros, que nasceram dos braços de Brama (soldados, policiais, governadores)

Vaixás — Os mercadores, que surgiram das pernas de Brama (comerciantes e negociantes)

Sudras — Os trabalhadores braçais, que emergiram dos pés de Brama (camponeses, artesãos, operários)

Dalits — Os mais miseráveis, criados do pó que Brama pisou (lixeiros e empregados de limpeza de lavabos)

de 35 anos de experiência no sector do desenvolvimento social.

“A desigualdade é difícil de combater e fácil de negar na ausência de dados”, continua. “Os governos podem determinar se os recursos públicos e os programas de bem-estar social estão a chegar às comunidades mais vulneráveis, identificar lacunas persistentes e criar políticas mais focadas e baseadas em evidências, com a ajuda de dados censitários desagregados por casta. A equidade requer transparência. As instituições podem ser responsabilizadas por minimizar as disparidades, uma vez que estas sejam quantificadas e reconhecidas. Desta forma, a contagem de castas promove a democracia, facilitando uma tomada de decisões mais equitativa e informada”, descreve Muttreja numa resposta enviada ao Expresso.

Há outro motivo, além de combater a desigualdade, que explica o *timing* deste recenseamento. O descontentamento entre os grupos mais desfavorecidos impulsionou os partidos da oposição nas eleições de 2024, que tiveram um resultado melhor do que o Partido do Povo Indiano. Embora Narendra Modi tenha conseguido um terceiro mandato e sido reeleito primeiro-ministro, o BJP não obteve maioria no Parlamento, diminuindo o seu poder. Assim, os adversários e críticos de Modi dizem que a questão das castas é uma manobra política para mobilizar o eleitorado nas eleições estaduais, que se realizam entre março e maio. Até porque, antes, o governante havia rejeitado a definição da população com base nas castas.

Os resultados, apenas conhecidos no próximo ano, são uma incógnita. Se o censo revelar que as castas marginalizadas são muito mais populosas do que se imaginava, a política das quotas vai ter de ser alargada, o que, por sua vez, pode prejudicar as fatias mais privilegiadas da população que já não gostam desse sistema, que descrevem como “discriminação inversa”. As quotas, também chamadas de ações afirmativas, são atualmente de 50%.

CÍRCULOS ELEITORAIS REDESENHADOS

Para Ashoka Mody, professor convidado de Política Económica Internacional na Universidade de

Princeton, “o maior terramoto político que aguarda a publicação do censo é a ‘delimitação’, termo indiano para a reatribuição do número de assentos no Parlamento a cada estado”. Isto é, na Índia, os assentos da câmara baixa do Parlamento (Lok Sabha, que representa os deputados eleitos diretamente) devem ser distribuídos por cada estado de acordo com o tamanho da população, contabilizado em cada censo. Em termos práticos, se um estado ganhar mais habitantes, deve ganhar mais deputados e vice-versa. O problema é que a alocação de assentos com base na população está congelada há 55 anos. Porquê?

Após o censo de 1971, o Governo decidiu não redistribuir os assentos parlamentares para evitar castigar os estados do sul, que conseguiram controlar melhor o crescimento demográfico, investindo mais e mais cedo em planeamento familiar, educação e saúde, contrariamente aos do norte, que tiveram um *boom* populacional. Se a redistribuição tivesse sido cumprida, refletindo as mudanças demográficas, os estados do Sul perderiam deputados — leia-se influência política e poder federal —, enquanto os do Norte ganhariam. Pareceria um castigo para quem implementou políticas públicas consideradas responsáveis.

Esse congelamento foi sendo prolongado ano após ano, década após década, por sucessivas gerações de políticos indianos até se tornar num verdadeiro problema nacional. Os estados do Sul e do Oeste, como Kerala, Tamil Nadu e Karnataka, mantiveram a taxa de natalidade mais controlada, enquanto os do Norte, como Uttar Pradesh, Bihar e Madhya Pradesh, a população continuou a crescer acima da média e do desejado. Este desfasamento levou a um sistema desigual: como a demografia mudou mas os assentos não, o resultado foi uma sub-representação política do Norte, mais pobre, e uma sobrerrepresentação do Sul, mais rico.

O princípio constitucional “uma pessoa, um voto” deixou, também, de ser cumprido, uma vez que os deputados passaram a representar fatias — e tamanhos — diferentes da população. Por exemplo, o estado de Bihar, no Norte, e o de Tamil Nadu, no Sul, tinham, após o censo de 1971, populações semelhantes: 42,1 milhões e 41,2 milhões, respetivamente. Nessa altura, tinham também um número quase igual de circunscrições eleitorais (40 e 39 deputados), adequadas ao número de habitantes. Só que, cinco décadas depois, a população de Bihar cresceu bem mais do que a de Tamil Nadu: 123 milhões contra 76 milhões. Assim, a circunscrição de Bihar representa agora 3,2 milhões de pessoas, enquanto a de Tamil Nadu, 2 milhões. A Constituição original limitava a proporção a um deputado por cada 750 mil pessoas.

É um dos exemplos mais extremos, mas ilustra bem a diferença de representatividade que passou a haver entre Norte (que concentra 50% da

A discriminação com base na casta é ilegal, mas continua a ditar muitos aspetos da vida religiosa e social. A última vez que as castas foram recenseadas foi em 1931



DANNY LEHMAN/GETTY IMAGES

população) e Sul (20%). No entanto, o Sul continua a não querer o descongelamento: “Os estados que tiveram um crescimento populacional lento, principalmente os mais prósperos, do Sul, enfrentarão a perspectiva de poucos assentos parlamentares. Isso é motivo de grande preocupação para eles: terão de fornecer uma grande parte das receitas fiscais ao Governo central, mas terão menos voz nas decisões sobre política fiscal e outras políticas econômicas”, explica Ashoka Mody, economista indo-americano, que trabalhou anteriormente para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Amit Singh concorda que “as preocupações dos estados do Sul em perder importância política são legítimas”. “Os seus líderes estão preocupados em perder assentos parlamentares no futuro, uma punição por ter menos filhos e gerar mais riqueza. Os estados mais ricos do Sul sempre contribuíram mais para a receita federal, com os estados mais pobres e altamente populosos do Norte recebendo parcelas maiores com base na necessidade. Os cinco estados do Sul (Tamil Nadu, Andhra Pradesh, Karnataka, Kerala e Telangana) superaram o resto do país em saúde, educação e perspectivas económicas. Além disso, o Norte da Índia é mais retrógrado em termos sociais e políticos, apoiando a ideologia extremista hindu do BJP”, contextualiza.

Apesar de polémico, o congelamento termina oficialmente este ano e tudo indica que o Governo de Narendra Modi pretende corrigir o problema com cinco décadas. E uma das formas mais simples de o fazer é aumentar o número de assentos do Lok Sabha (atualmente tem 545). Para dar mais deputados ao Norte sem tirar nenhum ao Sul, seria preciso expandir o número de assentos eleitorais para 848, segundo várias estimativas. Ora, o novo edifício da câmara dos deputados, ampliado em maio de 2023, já tem capacidade física para cerca de 880 lugares.

Existe um motivo político para Modi não estar muito preocupado com a revolta que o redesenho dos distritos eleitorais vai gerar na parte meridional do país. “No Sul da Índia, o Partido Bharatiya Janata não conseguiu alcançar sucesso político devido à natureza mais progressista da sociedade

CAPITAL Em Nova Deli, a capital da Índia, estima-se que vivam cerca de 34 milhões e 600 mil pessoas. A cidade é uma das mais populosas do mundo

sul-indiana. Após a delimitação, o BJP não precisa necessariamente dos votos do Sul. O BJP ainda pode ter maioria e governar a Índia, uma vez que o Norte da Índia teria mais assentos no Parlamento”, esclarece ainda Singh. Os estados do Norte não só são o reduto do partido de Narendra Modi como são conhecidos como o “cinturão hindu”.

MAIS POLÍTICA PARA AS MULHERES?

Depois de o censo estar concluído, em 2027, e se a redistribuição dos assentos parlamentares sempre for para a frente, pode haver mais uma novidade: a reserva de um terço dos lugares da câmara baixa

O CENSO SERÁ FEITO EM DUAS FASES, ENTRE 2026 E 2027. SERÃO RECOLHIDAS INFORMAÇÕES COMO AS SEGUINTE:

Fase 1 — Listagem de casas

- Tipo de casa
- Principal fonte de água potável
- Tipo de instalações sanitárias
- Acesso a cozinha e combustível utilizado para cozinhar
- Posse de televisão/computador/telefone
- Tipo de veículo

Fase 2 — Recenseamento da população

- Nome
- Sexo
- Idade
- Religião
- Pertença a uma casta ou tribo registada
- Língua materna
- Nível de alfabetização
- Qualificação académica
- Ocupação

do Parlamento e das assembleias estaduais para mulheres. Chama-se “Women’s Reservation Act” (Lei de Reservas para Mulheres) e foi aprovada em 2023 por ambas as câmaras do Parlamento indiano — câmara baixa (Lok Sabha) e câmara alta (Rajya Sabha) — quase por unanimidade, com apenas dois votos contra.

O projeto de lei foi validado pela Presidente da Índia, Draupadi Murmu, a segunda mulher do país a exercer este cargo, desde 2022. A primeira foi Pratibha Patil, chefe de Estado entre 2007 e 2012. A Índia também já teve, há muitos anos, uma primeira-ministra que cumpriu dois mandatos: Indira Gandhi (que não tem nenhum parentesco com Mahatma Gandhi), primeiro de 1966 a 1977, por último de 1980 a 1984 (foi assassinada quando estava ainda no cargo, num contexto de grandes tensões políticas e religiosas). O país já teve, assim, mulheres influentes a governar, mas, sem ser em altos cargos, a participação política feminina é residual.

No momento em que a legislação foi aprovada, apenas 14% dos deputados da Lok Sabha eram mulheres. É certo que é o valor mais alto desde a independência, no entanto continua abaixo da média global de 26,5% ou da média da Ásia Central e Meridional de 19%, segundo os dados da UN Women, o órgão das Nações Unidas dedicado à igualdade de género e ao empoderamento feminino. A Lei de Reservas para Mulheres não vai interferir com os assentos da câmara alta, onde 17% dos membros, nomeados pela Presidente, não são homens. Também não mexerá na composição do Governo: menos de 10% dos ministros são mulheres.

“Embora a lei já tenha sido aprovada, ela não pode ser implementada no momento”, afirma Rashmi Singh, socióloga política na Faculdade de Artes Liberais e Humanidades de Jindal, no Norte da Índia, perto da capital Nova Deli. “Em termos práticos, os lugares só podem ser reservados para as mulheres depois de o número total de lugares parlamentares ter sido, primeiro, aumentado. Isto coloca os lugares das mulheres numa situação delicada.” Além disso, “não é claro qual o calendário para o redesenho dos distritos eleitorais, nem quando a regra de um terço dos lugares para mulheres será implementada na prática”, indica, ao Expresso.

Esta lei de quotas ficou três décadas na gaveta: foi apresentada pela primeira vez ao Parlamento em 1996. A sua implementação foi sendo adiada, legislatura após legislatura. “Apesar das aparências, a maioria dos partidos nacionais na Índia não tem levado a sério a representação de um maior número de mulheres nas eleições, e o quadro é desanimador tanto a nível nacional como estadual”, aponta Rashmi Singh, até porque “não há nenhuma outra política ou programa que obrigue os partidos a nomear mais mulheres para a política nacional”.

Assim, “a Índia só poderá implementar as quotas após a conclusão do censo; além disso, as reservas também estão vinculadas à delimitação de assentos parlamentares, que também depende do censo”. “É uma desvantagem o facto de não haver um cronograma claro para a implementação da lei”, lamenta a investigadora de representação política, género e política partidária e eleitoral. Assim que a legislação, resgatada pelo BJP de Modi, for finalmente implementada deverá ficar em vigor por pelo menos 15 anos. E muito muda em 15 anos. ●